A DEFICIÊNCIA FÍSICA NA INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

KATIA BEZERRA DA SILVA

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre a necessidade de formação continuada de educadores para atuar no atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Considerando que esta tem sido uma das questões mais debatida nos últimos tempos, tendo em vista as novas exigências impostas pela educação inclusiva.

Além disso o avanço da inclusão educacional está entrelaçado com o aumento da inclusão social, com uma repartição de renda mais justa com a construção do modelo de uma sociedade menos excludente e mais igualitária. Contudo precisamos aprender a explorar e a utilizar as políticas educacionais existentes, ações e atitudes, para construir uma escola de qualidade e mais inclusiva e priorizando as oportunidades para conscientizar a sociedade e buscar formas de eludir as intenções do capital, mobilizando ações para a construção de uma sociedade melhor, mais inclusiva, justa e democrática.

Devemos ter mais empatia e avançar de uma sociedade preconceituosa para uma sociedade humana e solidária com todos; de uma escola tradicional e fechada, a uma escola aberta e inovadora; de uma prática educacional homogeneizadora, a ações voltadas para atender, com equidade, a toda a diversidade de educandos presentes no sistema educacional. É relevante compreender que existem ritmos e tempos diferentes para aprender, como também diversas maneiras de ensinar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. Deficiência Física. (3 a 5 palavras, separadas e terminadas por ponto

INTRODUÇÃO

Um novo papel social, mudando os paradigmas, na Educação Especial é preciso ter o ato de busca, de troca, de interação é uma ação conjunta entre as pessoas que colaboram, comunicam-se e vivenciam o mesmo saber, ou seja, os mesmos direitos. Neste sentido é crucial que o Educador possa oferecer o diferencial qualitativo no desenvolvimento do aluno especial e concretizar a inclusão e assim garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular.

Neste sentido incluir é um ato de amor ao próximo, tudo é repensado para considerar a todos, o que exige atingir níveis mais altos de excelência na qualidade da educação oferecida, além de gerar aprendizagens significativas na interação que acontece entre os indivíduos em sua diversidade humana. A diversidade não pode, assim, ser obstáculo para a qualidade, mas uma ponte literalmente para o sucesso das pessoas, das organizações e o desenvolvimento social.

O maior desafio é como colocar em prática estas ideias. Como, num mundo concretamente padronizado, reorganizá-lo para atender a todos em suas diferenças. Cada indivíduo é único em sua forma de ser e, em consequência, em sua forma de relacionar-se, de vivenciar cada situação, de experimentar e de aprender. Portanto, é necessário um professor especialista, capaz de identificar as necessidades da sala de aula e as peculiaridades de cada aluno e agir de acordo aplicando-se adequações para o pleno desenvolvimento educacional.

Assim, o inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular de ensino. E na Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências e dar prioridade, quando do financiamento, a projetos institucionais que desenvolvam ações de integração.

Esta mesma definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001). Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino.

A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência.

A concepção sugere um processo contínuo, o qual concisa ir além da presença de docentes em cursos que apontem modificar-se sua ação no artifício ensino aprendizagem. O docente precisa ser orientado a refletir sobre a sua prática de ensino, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino ofereci-

do em sala de aula. O educador, na educação inclusiva, precisa estar preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas.

Rodrigues (2003) afirma que a formação deficitária traz sérias consequências à efetivação do princípio inclusivo, pois este pressupõe custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados. Vale destacar, porém, que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim, precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente.

Para concretização do processo de inclusão educacional, torna-se necessário a implicação de todos os elementos da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários proporcionam papéis peculiares, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja realizada nas unidades escolares.

Existem diversos documentos que mencionam a educação inclusiva, a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) diretrizes e linhas de ação sobre Educação para necessidades especiais, realizada na Espanha de 07 a 10 de junho de 1994, com apoio do governo da Espanha, em colaboração com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), foi talvez o documento mais divulgado e, por isso o mais conhecido do público, sendo que é o mais direcionado aos vários componentes da 7 educação escolar. Em sua introdução, este documento ratifica o direito de toda pessoa com “deficiência” de manifestar-se sobre sua educação em proporção a sua capacidade e, segundo ele, as “escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (p. 17).

A qualidade proposta na Declaração, no contexto escolar, apresenta cinco eixos: flexibilidade, gestão escolar, contratação e formação do pessoal docente; serviços externos de apoio e participação da comunidade. A flexibilidade engloba a opção curricular adaptada à capacidade e interesse dos alunos, avaliação do aprendizado para superar as dificuldades e oferta de todo o apoio pedagógico necessário, considerando, também, os externos à escola. A ideia que permeia estas ações é focar a educação no aluno, ampliando o seu desenvolvimento, para fortalecer uma participação social. Todavia, não há uma explicitação detalhada da opção curricular adaptada, a Declaração apenas indica que o “programa de estudos não deverá ser diferente do programa regular de estudos” (p.34) e o “conteúdo do ensino deve atender às necessidades dos indivíduos” (p.34).

O processo de gestão é co- responsabilizado onde cada segmento tem uma função específica, mas que se soma para atingir o propósito educacional. Sendo o professor destaque na efetivação da proposta inclusiva nas escolas, a Declaração aborda aspectos da sua formação inicial, a qual requer uma informação sobre as necessidades educacionais especiais, avaliação dos alunos com estas características, instrumentação pedagógica e tecnológica. A formação em serviço também é proposta para todo o pessoal técnico da escola, com participação das universidades na formação, elaboração de programas e serviços consultivos. Embora a figura do professor seja vista como fundamental nesta ação inclusiva, a proposta do ensino não é de sua competência exclusiva e sim de todo corpo docente.

Diante de diversas ações para com os educadores e equipe escolar, vale destacar que formar educadores na perspectiva da inclusão é um desafio, porque muitos profissionais das universidades não receberam esta capacitação e estão tendo que se atualizar para realizar a formação necessária.

DESENVOLVIMENTO

CONCEITO DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

Neste contexto podemos definir a deficiência física como "diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas" (MEC,2004).

De acordo com o Decreto n° 5.296 de 2 de dezembro de 2004, deficiência física é : "alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções".

A deficiência física pode ser:

• Temporária - quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores.

• Recuperável - quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas.

• Definitiva - quando apesar do trata-

mento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência.

• Compensável - é a que permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese.

A deficiência física pode ter causa:

• Hereditária - quando resulta de doenças transmitidas por genes, podendo manifestar-se desde o nascimento, ou aparecer posteriormente.

• Congênita - quando existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes de nascer, isto é, durante a fase intrauterina.

• Adquirida - quando ocorre depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos, intoxicações.

• Acidentes de trânsito –Brasil 1/410 –Suécia 1/21.400 • Ferimentos por arma de fogo • Doenças Causas deficiência física

Pessoas com deficiência física:

É importante perceber que para uma pessoa sentada é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, ao conversar por mais tempo que alguns minutos com uma pessoa que usa cadeira de rodas, se for possível, lembre-se de sentar-se, para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível.

A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é parte do espaço corporal da pessoa, quase uma extensão do seu corpo. Apoiar-se na cadeira de rodas é tão desagradável como fazê-lo numa cadeira comum onde uma pessoa está sentada. Ao empurrar uma pessoa em cadeira de rodas, faça-o com cuidado. Preste atenção para não bater naqueles que caminham à frente. Se parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente para que a pessoa também possa participar da conversa.

Mantenha as muletas ou bengalas sempre próximas à pessoa com deficiência. Se achar que ela está em dificuldades, ofereça ajuda e, caso seja aceita, pergunte como deve proceder. As pessoas têm suas técnicas individuais para subir escadas, por exemplo, e, às vezes, uma tentativa de ajuda inadequada pode até atrapalhar. Outras vezes, o auxílio é essencial. Pergunte e saberá como agir e não se ofenda se a ajuda for recusada.

Se você presenciar um tombo de uma pessoa com deficiência, ofereça-se imediatamente para auxiliá-la. Mas nunca aja sem antes perguntar se é como deve ajudá-la. Esteja atento para a existência de barreiras arquitetônicas quando for escolher uma casa, restaurante, teatro ou qualquer outro local que queira visitar com uma pessoa com deficiência física.

O MODELO DA INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

Conforme a integração teve sua divulgação no Brasil depois dos anos setentas. O termo nasceu nos países escandinavos, precisamente na Dinamarca, mas se desenvolveu nos Estados Unidos. Em seguida, o Canadá juntou-se ao movimento, idealizado para atender os objetivos da corrente integracionista em defesa dos alunos com alguma deficiência ou com dificuldades específicas na aprendizagem.

A integração, para ser entendida, precisa de uma metáfora que diz que: [...] integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Tratase de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor". (MANTOAN, 1997, p. 8)

Portanto e o sistema de cascata prevê, assim, serviços segregativos que não condizem com os objetivos da normalização. Na realidade, a criança continua segregada na turma especial, ocorrendo apenas alguns momentos de "socialização" com os outros alunos ditos "normais". A forma de inserção depende do aluno, ou seja, do seu nível de capacidade de adaptação às opções oferecidas pelo sistema escolar: nas escolas regulares, em sala comum ou em sala especial, e ainda em escolas ou em instituições especializada.

Percebemos, que existe uma ambiguidade provocada pelo desejo de integrar quem é diferente e a noção de necessidades específicas. Crianças com ritmos e tempos diferentes exigem tratamento diferenciado, uma vez que não é possível tratar como igual aquele que é diferente.

No entanto, o mesmo discurso que defende a ideia de que todos são iguais e devem ser tratados como iguais, com os mesmos direitos, defende também a ideia de que cada indivíduo é único, aprende de maneira diferente, e por isto é preciso ensinar com métodos e recursos diferentes, para atender às diferentes necessidades individuais.

Destarte, viável a inclusão escolar, garantindo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, é uma atitude humanitária e justa, demonstrando uma prática alicerçada nos valores éticos de respeito à diferença e ao compromisso com a promoção dos direitos humanos.

A Escola Inclusiva associada às barreiras arquitetônicas Adaptações físicas na escola.

• As características da sala de aula e das carteiras constituem importantes condições para a permanência na escola comum dos alunos que apresentam dificuldades de locomoção e problemas posturais, decorrentes de lesões que provocam o comprometimento dos membros inferiores pendurados;

• As condições necessárias à acessibilidade desses alunos são, em sua maioria, necessárias a todos os demais alunos:

a) cadeira com altura adequada, para que o aluno não fique com os pés;

b) mesa com altura apropriada à necessidade do aluno;

c) piso da sala de aula não escorregadio.

d) espaço suficiente entre as carteiras para permitir melhor circulação de cadeira de rodas;

Na ausência de membros inferiores, o uso imediato da prótese ajuda a manter a postura sentada e melhora a organização do esquema corporal. Acessibilidade Respeitar critérios estabelecidos pela legislação

Rotas de circulação: dimensionamento correto, sem obstáculos ou nivelados com o piso, degraus ou escadas: associados a rampas ou equipamento de transporte vertical, pisos: superfície regular e antiderrapante, piso tátil de alerta e direcional. Sanitários e vestiários: acessíveis e devidamente sinalizados.

Mobiliários: bebedouros, telefones, balcões e mesas em altura adequada Símbolo Internacional de Acesso – SIA (Lei nº 7.405/85) Representação gráfica que indica a acessibilidade dos serviços ou ambientes Principais aplicações ; Áreas de acesso/ entradas , Vagas de estacionamento ,Sanitários , Áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas , Equipamentos para uso preferencial de pessoas com deficiência , Meios de transporte público ou privado Deficiência Física e o Processo de Inclusão Escolar ,Aspectos pedagógicos ,Recursos que podem ser utilizados para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos Recursos pedagógicos adaptados

Além disso o aspecto denotativo da prática padronizada da instituição escolar é a utilização de referencial perceptivo-motor pré-estabelecido como eixo do trabalho pedagógico em sala de aula, por meio dos conteúdos, metodologias e, principalmente, materiais didáticos.

Essa prática, obviamente, não tem sintonia com os referenciais motores do aluno com deficiência física, causando-lhe dificuldades significativas no processo de aprendizagem.

Portanto deve-se ter um olhar planetário ao educando com necessidades educacionais especiais - deficiência física como um sujeito que, apesar de possuir uma especificidade (deficiência física) que o diferencia dos demais, deve ser visto como um sujeito pleno e historicamente situado, capaz de responder com competência às exigências do meio, contanto que lhes sejam oferecidas condições para tal. Recursos pedagógicos adaptados.

INCLUSÃO ESCOLAR

No entanto, atitudes de não aceitação dos grupos sociais e das famílias, muitas vezes levam a pessoa com deficiência a assumir posturas indesejáveis e excludentes como o isolamento, colaborando, assim, para dificultar a sua inclusão no ambiente escolar. Escola inclusiva

O docente deve orientar seus educandos, no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas e os diferentes meios de comunicação utilizados por eles, para que haja uma melhor interação social entre todos.

Em primeiro lugar o educando com deficiência física deve participar das atividades oferecidas pela escola, junto com os outros alunos, desempenhando tarefas ou papéis de acordo com suas possibilidades. Sua participação efetiva irá proporcionar-lhe sentimento de pertencimento ao grupo, garantindo, assim, melhor interação social.

De tal maneira que as atividades competitivas devem ser evitadas e sempre adequando de acordo com a realidade de cada educando.

A priori docente deve sempre estimular atividades nas quais predomine o espírito de equipe, onde cada um possa colaborar no que lhe for possível para que os objetivos comuns sejam atingidos. Escola inclusiva Recursos que podem ser utilizados para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos

A comunicação alternativa tem sido um dos recursos que vêm beneficiando, com sucesso, os alunos que não conseguem articular ou produzir a fala, como por exemplo: pasta frasal, prancha temática, símbolos

gráficos etc.

Além disso os recursos pedagógicos adaptados têm facilitado o aprendizado dos alunos com limitações motoras, como por exemplo: quebra-cabeça imantado, jogos de numerais em madeira, separador para material dourado, caderno de madeira, caderno com elástico etc.

Sem dúvida outros recursos de acordo com as necessidades educacionais dos alunos, podem ser utilizados pelo professor, recursos que são de fácil execução e podem favorecer o desempenho das atividades propostas, como por exemplo: utilização de presilhas para prender o papel na mesa, engrossamento do lápis, para melhor preensão e outros recursos que o professor pode criar, a partir da observação do aluno nas atividades em sala de aula.

O PROFESSOR INCLUSIVO

Primeiramente o professor, na educação inclusiva, precisa ser capacitado para responsabilizar-se, com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. [cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (PRADO & FREIRE, 2001, P.5).]

Para efetivação do processo de inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

No que se refere aos diretores, cabe a eles tomar as providências – de caráter administrativo – correspondentes e essenciais para efetivar a construção do projeto de inclusão. (Sant'Ana, 2005) O diretor de escola inclusiva deve envolver-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolver ações voltadas aos temas relativos à acessibilidade universal, às adaptações curriculares, bem como convocar profissionais externos para dar suporte aos docentes e às atividades programadas.

O administrador necessita ter uma liderança ativa, incentivar o desenvolvimento profissional docente e favorecer a relação entre escola e comunidade. Diante da orientação inclusiva, as funções do gestor escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores, o fornecimento de apoio às interações e a processos que se compatibilizem com a filosofia da escola e, ainda a disponibilização dos meios e recursos para a integração dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Sant'Ana, 2005).

Além da participação de docentes e gestores no contexto da inserção dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, outros fatores, como os relacionados à estrutura do sistema educacional, precisam ser considerados na análise e nas discussões sobre as possibilidades de implementação de projetos nessa área. A proposta pedagógica da Educação Inclusiva passa claramente pela oferta de oportunidades de aprendizagem diversificadas para os alunos. Se a "diferença é comum a todos" e assumimos a classe como heterogênea é importante responder a essa heterogeneidade em termos de estratégias de ensino e aprendizagem. (RODRIGUES, 2006. p.11) .

Por outro lado, sabemos que o processo de aprendizagem não é uma simples transmissão de informação, mas antes uma transição entre diferentes paradigmas de conhecimento. Podemos assim dizer que uma escola que não diferencia o seu currículo não usa modelos inclusivos e forçosamente não promove a igualdade de oportunidades entre os seus alunos. Cabe aqui notar que a diferenciação a que nos referimos é no âmbito de uma escola comum a todos os alunos e não a perspectiva histórica de diferenciação curricular que, como nota Roldão (2003), era uma forma de sancionar a estratificação social através do currículo escola.

Quando se aborda a necessidade da diferenciação curricular é comum atribuir essa responsabilidade ao professor. Segundo Rodrigues (2006), os professores "inclusivos" fazem-na e os professores "tradicionais" mantém-se em modelos não diferenciados.

No entanto a ideia de que a formação continuada deveria ser ofertada aos docentes pelos órgãos administrativos regionais, indicando que se faz necessária a realização de cursos de capacitação para que todos os envolvidos no processo inclusivo tenham condições de desenvolver um trabalho adequado às necessidades desse alunado.

Aparentemente, a formação continuada pode favorecer a implementação da proposta inclusiva; todavia necessita estar aliada a melhorias nas condições de ensino, ao suporte de profissionais no auxílio ao trabalho do professor, bem como ao compromisso de cada profissional em trabalhar para a concretização dessas mudanças. Para os docentes, a presença de uma equipe que dê suporte aos agentes educacionais constitui-se na principal necessidade para a educação inclusiva.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Nesse sentido quem tem medo da diferença e se sente ameaçado por ela, não se dispõe ao encontro, à transformação, à afirmação do que se é e do que o outro é para construir algo novo, um novo lugar, um ponto de chegada que não é o mesmo, mas outro.

Por outro lado, a inclusão acontece na construção de ambientes promotores de justiça, de interações colaborativas, da criatividade e de soluções inovadoras para os desafios que afetam uma comunidade ou toda uma sociedade.

Logo a inclusão diz respeito à criação de um ambiente no qual cada um tenha a oportunidade de participar plenamente na criação do sucesso da relação, da missão escolhida, do desafio enfrentado, e no qual todos são valorizados em suas diferentes habilidades, conhecimentos e atitudes.

Ademais a inclusão pode formar algo parecido com mosaicos e eles são importantes do ponto de vista da geração de relações justas, equânimes, com oportunidades iguais para todos. Mas a composição de mosaicos pode significar inclusão incompleta por três motivos:

O que fez com que alguns ficassem do lado de fora? Sem postura crítica, não há como rever atitudes e práticas. Processos de exclusão podem continuar e gerar inclusões injustas.

Mosaicos são estáticos. A adição de valor da diversidade, assim, é apenas potencial. Sem gestão, não há solução! Apenas contemplar a diversidade e compor grupos diversos pode não gerar riqueza além da riqueza já presente. A interação é fundamental.

Inclusão precisa de gestão. Sem gestão, pode acontecer o “efeito picles”: todos ficam rapidamente parecidos, com o mesmo jeito, a mesma postura, as mesmas ideias, aparentemente ou não, como estratégia de sobrevivência, por conveniência ou convicção de que há apenas um padrão, o dominante, é o que deve prevalecer.

A gestão da diversidade deve tornar nosso ambiente de trabalho mais dinâmico, favorecer interações criativas, trocas, aprendizados conjuntos. Gestão necessita de intervenção na realidade e não apenas contemplação dessa realidade.

Podemos pensar na imagem dos caleidoscópios para mostrar essa inclusão dinâmica, com foco na qualidade das relações que acontece para além de se estar presente num espaço, num grupo ou equipe.

São identidades, singularidades, experiências, histórias de vida, perspectivas, possibilidades, diferenças e semelhanças que se arranjam e se reinventam em múltiplas composições para gerar, com interações dinâmicas, criatividade, inovação, excelência a serviço da sustentabilidade dos negócios e da sociedade.

Como não somos peças de um mosaico ou de um caleidoscópio, cabe lembrar que nós humanos podemos levar o outro dentro da gente quando interagimos. Não há um dono da verdade, um marcador identitário ou característica nossa que fique ilesa à interação quando é inclusiva, respeitosa, com apreço pela diversidade e suas possibilidades.

Eu não preciso ser o outro para compreendê-lo, considerar suas perspectivas e necessidades no planejamento das atividades, mas eu posso considerar o outro porque há respeito, consideração, gosto pela diversidade e empatia: Exige gestão!

Essa mistura de informações apresentada no processo inclusivo não some com as diferenças, mas acrescenta, amplia, transforma em algo novo que considera tudo e atinge novos patamares, novas realidades. Estamos falando de interações criativas com a incorporação de novos horizontes plurais, mais ricos, ampliando nossa visão e nossa capacidade de dar respostas aos desafios do nosso tempo e lugar.

CONCLUSÃO

Assim sendo, a inclusão escolar vem sendo favorável para o desenvolvimento não apenas do educando com necessidades educacionais especiais, mas principalmente na construção de valores positivos e na convivência com a diversidade.

A inclusão na educação escolar deve agregar, sem distinção, todos os alunos especiais com diversos graus de comprometimento social e cognitivo com intenção de extinguir o preconceito e incentivar a socialização para que participem, usufruam de espaços e ambientes comunitários gerando o ato de busca, de troca, interação, ou seja, uma ação conjunta entre as pessoas que vivenciam o mesmo saber e direitos.

Em suma a inclusão total é irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos, as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas – sempre se avalia o que o educando aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se avalia “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. Nós Educadores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em novos

empreendimentos.

Na troca, nos enriquecemos mutuamente. Não são “verdades” que permanecem intocáveis, mas que geram algo novo, que enriquecem nossa vida individual e institucional.

Podemos ter mais empatia e aprender uns com os outros para sermos mais e fazermos mais, mas para isso precisamos enxergar os outros, dar valor aos outros, sentir falta dos outros, dessa amplificação desse universo que representam.

Não basta, portanto, dizer não à discriminação. Inquestionavelmente é preciso dizer sim à diversidade por meio de práticas e estratégias que geram inclusão e gestão da diversidade. Não basta, portanto, dizer não à discriminação. É preciso dizer sim à diversidade por meio de práticas que supõem inclusão e gestão da diversidade. A inclusão é possível.

1 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- DEFICIÊNCIA FÍSICA. Brasília – DF:2006. • BRASIL. Ministério da Educação. Educação, Secretaria de Educação Especial. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília – DF:200

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do

Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

COLL, C., PALACIOS, J. e MARCHESI, Á. Desenvolvimento Psicológico e

Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar. v. 3.

Porto Alegre: Artes Médicas,1995.

GOFFREDO, V. F. S. Integração ou segregação: o discurso e a práticas das Escolas Públicas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro. Revista Integração, 4(10), p.118-127, 1992.

ROLDÃO , M.C. (2003) “Diferenciação Curricular e Inclusão”, in: : David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”, Porto Editora, Porto.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994